

MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE - TRANSPARÊNCIA - EFETIVIDADE

NESTA EDIÇÃO:

- TCE-MG aplica penalidades a responsáveis em Representação formulada pelo MPC-MG
- MPC-MG participa de evento sobre controle externo em comemoração dos 30 anos da Atricon
- Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais faz recomendação a gestores públicos
- Representação do MPC-MG tem liminar deferida pelo TCE-MG, suspendendo-se licitação para desassoreamento da Lagoa da Pampulha
- MPC-MG assina Termo de Cooperação Técnica para proteção à pessoa com deficiência
- MPC-MG prestigia cerimônia de posse da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Consultivo, bem como comemoração do aniversário de 19 anos da Apeminas



Da esquerda para a direita: As Procuradoras Cristina Melo, Elke Moura, Sara Meinberg e o Procurador-Geral Marcílio Barenco, 31 ago. 2022

MPC-MG PARTICIPA DE I ENCONTRO NACIONAL DE CORREGEDORIAS E OUVIDORIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS E DE REUNIÃO INTERNA DO CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES-GERAIS DE CONTAS

Foi realizado em Belém, no Pará, o I Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias do Ministério Público de Contas, promovido pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas em parceria com o Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

O evento, que aconteceu de 29 a 31 de agosto no Hotel Grand Mercure, teve por objetivo compartilhar experiências entre os integrantes do Ministério Público de Contas brasileiro, convidados de outras carreiras e entidade privada (Transparência Internacional). Também visou qualificar e informar o MPC brasileiro, evidenciando os órgãos de Correição e Ouvidoria em sua prestação de serviços à sociedade.

Entre os temas tratados no encontro, em relação às Corregedorias, destacaram-se fisionomia institucional, boas práticas, normativas e interação com demais órgãos de controle.

No que se refere às Ouvidorias, destacaram-se estruturação, boas práticas e relevância institucional.

Ao final do evento, foi firmada a "Carta de Belém", que recomenda a criação de Corregedorias e Ouvidorias como estratégias nacionais de atuação dos membros do MPC brasileiro, da AMPCON e do CNPGC.

O MPC-MG foi representado no evento pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, pelas Procuradoras Elke Moura, Cristina Melo e Sara Meinberg, e pelas servidoras Giovanna Bonfante e Daniela Passos.

Dr. Marcílio, também integrante da diretoria do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas como Vice-Presidente da região Sudeste, participou ainda de reunião interna do CNPGC, com pauta sobre atuação coordenada na área ambiental.

TCE-MG APLICA PENALIDADES A RESPONSÁVEIS EM REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO MPC-MG



Reprodução: Estado de Minas

Na 23ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 24 de agosto, o TCE-MG aplicou, na Representação nº 1.101.645, formulada pela Procuradora do Ministério Público de Contas Sara Meinberg, a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança da Administração Pública estadual e municipal e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público estadual e municipal, em razão de irregularidades apuradas em processos licitatórios para contratação de empresa para prestação de serviços de produção musical, aluguel, montagem e desmontagem de palco para festividade de São João, no Município de Jordânia.

Em sessão anterior, ocorrida em 7 de julho deste ano, a Segunda Câmara do TCE-MG já havia julgado parcialmente procedente a Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, em razão da existência de irregularidades no Processo Licitatório n. 024/2016 (Carta Convite n. 002/2016), deflagrado pelo Município de Jordânia, as quais, além de ofenderem, individualmente, o ordenamento jurídico, quando analisadas em conjunto, evidenciaram fraude à licitação por simulação de competição, com a montagem de peças documentais, descumprimento de

formalidades e favorecimento de licitante, em clara afronta aos princípios da legalidade, moralidade, isonomia, eficiência e da competitividade aplicáveis a todas as licitações públicas. Face a isso, determinou a aplicação de multa ao Secretário municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo à época e ao então presidente da Comissão de Licitação, no valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um.

Em razão da gravidade das condutas apuradas, a Representação foi encaminhada ao Tribunal Pleno, tendo os gestores públicos municipais sido declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança da Administração Pública estadual e municipal, por cinco anos, com fundamento no art. 83, inciso II, e art. 92 da Lei Orgânica do TCE-MG.

Além disso, as empresas favorecidas foram declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público estadual e municipal, com fundamento no art. 83, inciso III, e no art. 93 também da Lei Orgânica do TCE-MG.



MPC-MG PARTICIPA DE EVENTO SOBRE CONTROLE EXTERNO EM COMEMORAÇÃO DOS 30 ANOS DA ATRICON



Da esquerda para a direita: Telmo de Moura Passareli, José Alves Viana, Glaydson Massaria, Wanderley D'Ávila, Gilberto Diniz, Marcílio Barenco, Durval Ângelo, Cláudio Couto Terrão e Sebastião Helvécio.

No dia 1º de setembro, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, e o Procurador Glaydson Massaria representaram o MPC-MG no evento comemorativo dos 30 anos da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

Denominado “Os Desafios do Controle Externo no Estado Democrático de Direito”, o encontro foi promovido pela Atricon e realizado no Auditório Nobre Professor José Luiz de Anhaia Mello, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na capital paulista.

O Presidente do TCESP, Dimas Ramalho, iniciou as atividades destacando a importância dos Tribunais de Contas tanto para a fiscalização da aplicação do dinheiro público quanto, por conseguinte, para a defesa da democracia. “Com muito orgulho, estamos comemorando os 30 anos da Atricon, que defende o sistema de contas do Brasil e tem como norte a defesa das instituições democráticas, do controle externo, da nossa Constituição Federal, do equilíbrio entre os poderes e, sobretudo, da lei”.

João Antônio da Silva Filho, Presidente do TCMSP, também salientou o papel do controle externo: “Reafirmamos o nosso compromisso com a democracia em nosso país e com o fortalecimento da Atricon, que cumpre o papel fundamental de integração e uniformização da ação dos Tribunais de Contas do Brasil”.

Por sua vez, o Presidente da Atricon, Cezar Miola, declarou que em seus 30 anos a Associa-

ção, “para além de ratificar a sua missão e valores institucionais, reafirma o seu compromisso preliminar e inegociável com a democracia”.

A solenidade contou ainda com a participação por videoconferência do Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Bruno Dantas, palestras do Professor e Advogado Gabriel Chalita e da Advogada e Doutora em Direito do Estado Marcia Pelegrini.

Estiveram presentes, além dos membros do MPC-MG, representando o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais o Conselheiro Substituto Telmo de Moura Passareli, os Conselheiros José Alves Viana, Wanderley D'Ávila, Durval Ângelo, Cláudio Terrão e o Conselheiro aposentado Sebastião Helvécio. Entre os homenageados, o Conselheiro Wanderley D'Ávila foi agraciado com troféu na qualidade de decano da Corte mineira.



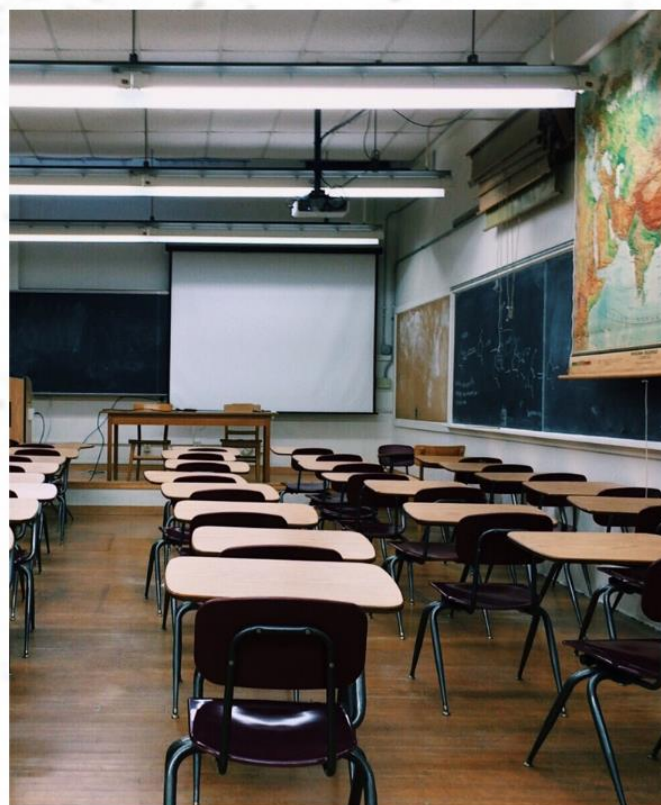
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS FAZ RECOMENDAÇÃO A GESTORES PÚBLICOS



No último dia 2, foi publicada, no Diário Oficial de Contas, em caráter de urgência, a Recomendação Conjunta MPC-MG nº 001/2022, subscrita pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, e pela Procuradora Cristina Melo.

A diretriz recomenda ao Secretário de Estado de Educação, Prefeitos e Secretários Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais que sejam adotadas “todas as providências administrativas junto aos órgãos da União (...) de modo a viabilizar o recebimento de eventual complementação relativa ao Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR) no exercício financeiro de 2023”.

Além disso, apontou a urgência em sua aplicação, com prazo máximo estipulado para o dia 15 deste mês, advertindo que o não cumprimento enseja representação formulada pelo MPC-MG junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e ao Ministério Público Estadual.





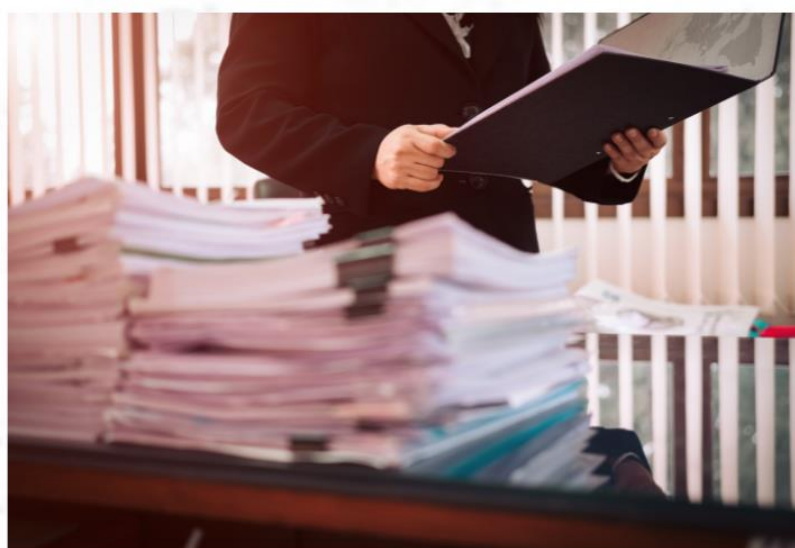
O MPC-MG EM NÚMEROS

Confira a movimentação processual entre o MPC-MG e o TCE-MG referente ao mês de Agosto:

ENTRARAM

1.080

PROCESSOS



**SAÍRAM, COM PARECER,
DESPACHO OU
MANIFESTAÇÃO
PRELIMINAR,**

1.113

PROCESSOS

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS:

Notícias de Irregularidades distribuídas	11
Notícias de Irregularidades redistribuídas	01
Assuntos Administrativos	01
Inquérito Civil	01
Pedidos de Cooperação	01

REPRESENTAÇÕES

1.121.106 - REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DR. GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA, EM DESFAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPÉ, EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E CRIAÇÃO DE CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO.

1.126.963 - REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DRA. MARIA CECÍLIA BORGES, PARA APURAR A OCORRÊNCIA DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DO PREGÃO ELETRÔNICO SMOBI 22/2022, DEFLAGRADO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL (SUDECAP), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, CUJO OBJETO É A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE DESASSOREAMENTO DA LAGOA DA PAMPULHA.





QUARTO EPISÓDIO DO MPC CAST: PROCURADORA SARA MEINBERG FALA SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO MPC-MG



No quarto episódio do MPC Cast, a convidada é a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais Sara Meinberg.

Dra. Sara é a presidente da Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas, instituída pela Portaria PG nº 22, de 6 de julho de 2022.

Por isso, neste mês, ela revela no podcast qual a importância da criação desse Regimento Interno para o MPC-MG, bem como seus desafios e nuances.

Os episódios do podcast estão disponíveis no Spotify. Para ouvi-los, basta procurar por MPC Cast na plataforma de streaming ou clicar [aqui](#).



REPRESENTAÇÃO DO MPC-MG TEM LIMINAR DEFERIDA PELO TCE-MG:

FICA SUSPensa A LICITAÇÃO PARA DESASSOREAMENTO DA LAGOA DA PAMPULHA

Após Representação interposta pelo Ministério Público de Contas (MPC-MG), de lavra da Procuradora Maria Cecília Borges, a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) ratificou a suspensão liminar do pregão eletrônico SMOBI 022/2022, para contratação de serviços de engenharia de desassoreamento da Lagoa da Pampulha, com valor estimado em R\$ 60 milhões, promovido pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap)/Belo Horizonte.

O Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Pampulha é bem cultural protegido por tombamento, tendo sido reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural. A proteção conferida ao Conjunto Moderno da Pampulha contempla toda sua orla e o espelho d'água, elementos integrantes e indissociáveis que gozam de proteção legal, constitucional e de reconhecimento cultural.

A Representação nº 1.126.963, formulada pelo Ministério Público de Contas, aponta irregularidades na licitação SMOBI 022/2022, que pretendia contratar, via pregão eletrônico, serviços de engenharia de desassoreamento da Lagoa da Pampulha, intervenção em bens culturais protegidos por tombamento.

A Representação teve como um de seus fundamentos o descumprimento da Notificação Recomendatória Conjunta MPCMG/MPMG n.

01/2022, que recomendou aos notificados e à Prefeitura de Belo Horizonte a gestão eficiente, econômica e efetiva dos serviços de desassoreamento e de tratamento/limpeza das águas da Lagoa da Pampulha e de restauração de sua orla. Nesse sentido, a Notificação apontou que, para que referidos serviços atendam às diretrizes e aos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, deve-se priorizar o efetivo tratamento da causa de assoreamento da Lagoa da Pampulha, qual seja, impedir aporte de sedimentos na lagoa. Além disso, a Prefeitura de Belo Horizonte foi reiteradamente advertida da necessidade de se tratar a causa.

Ao prolatar a decisão de suspender o pregão, o relator deixou claro que, ainda que os demais pontos constantes da representação não tenham sido analisados, os responsáveis devem se abster de praticar qualquer ato, inclusive a assinatura do contrato, até o pronunciamento do TCE-MG sobre a matéria.

Confira a Notificação Recomendatória Conjunta MPCMG/MPMG n. 01/2022 em nosso site.

Fonte: Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

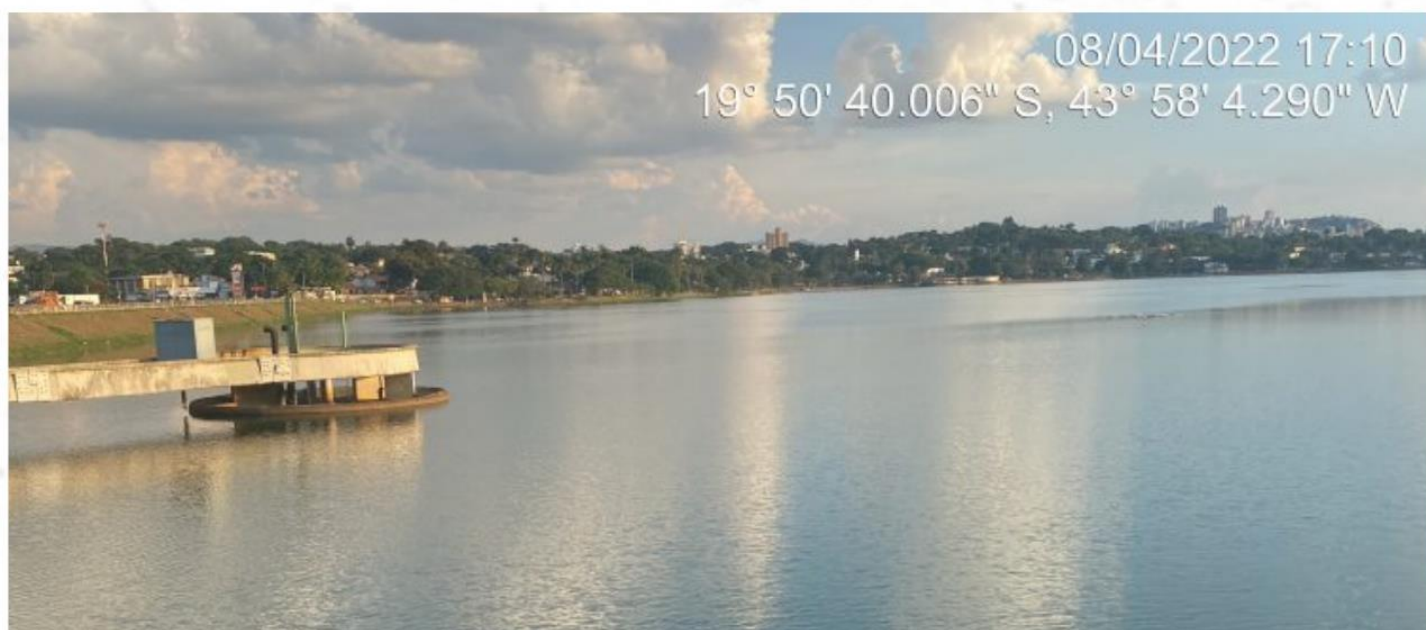


Foto: Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges



MPC-MG FORMALIZA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A JUCEMG

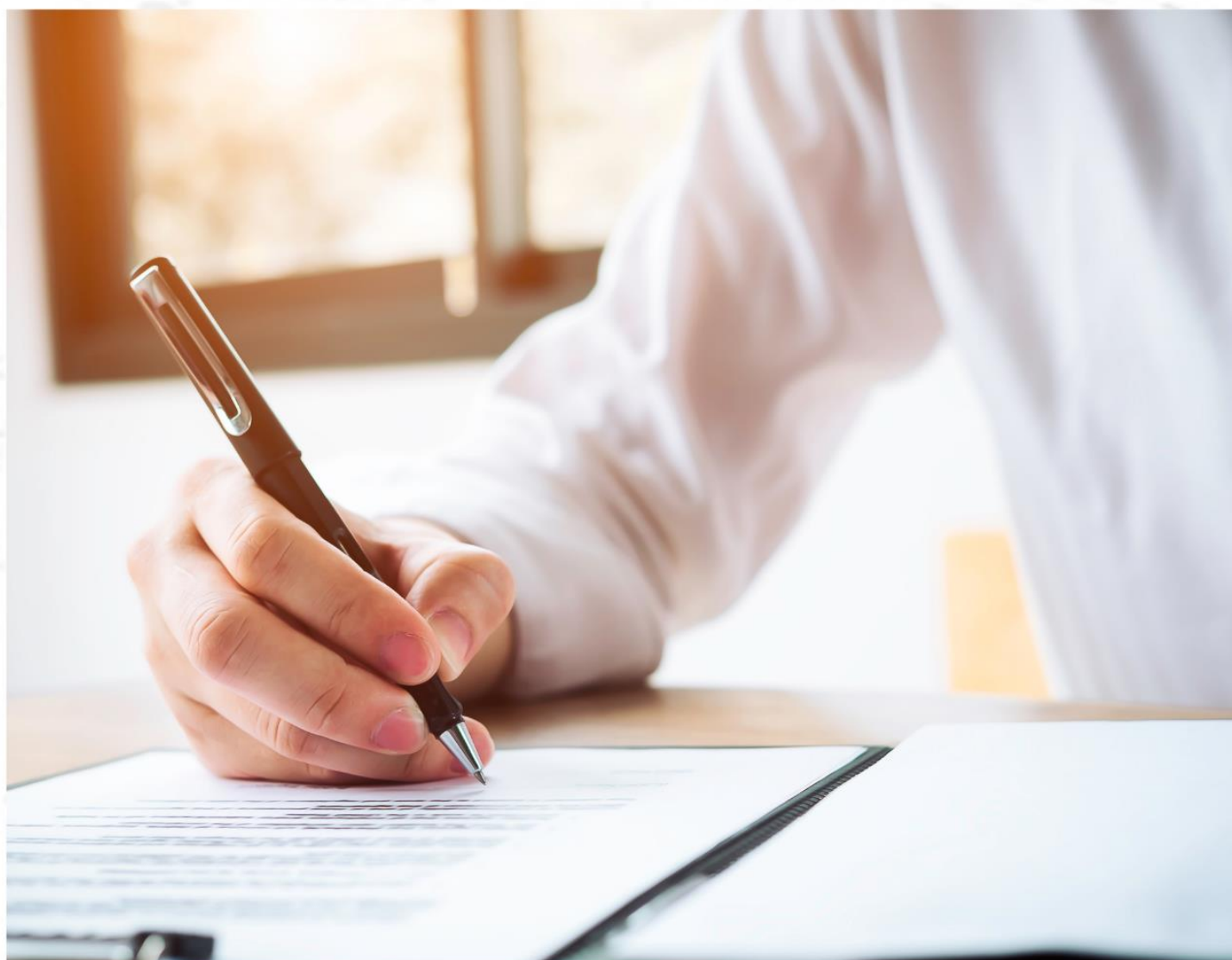
Foi publicado em 9 de setembro, no Diário Oficial de Contas, o Acordo de Cooperação Técnica formalizado entre o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG) e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg).

O Diretor de Integração, Negócios e Tecnologia da Jucemg, Henrique Peixoto Petrocchi da Costa, e o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, oficializaram o Acordo, sem ônus entre as partes, possibilitando o acesso à base de dados do Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, eliminando o envio de ofícios pelo Órgão Ministerial.

O estreitamento da relação entre os órgãos governamentais é significativo porque auxiliará o Ministério Público de Contas no exercício de suas atividades, ao facilitar a identificação de informações de pessoas jurídicas. Com a racionalização e simplificação dos atos e procedimentos administrativos, a instrução de processos do Parquet especial ocorrerá de forma ainda mais eficiente, como preceitua um dos princípios basilares da Administração Pública.

O Acordo tem prazo de 48 meses, vigorando a partir de sua publicação.

Acesse-o na íntegra em nosso site.





PROCURADORA DO MPC-MG APRESENTA PALESTRA SOBRE PRECATÓRIOS DO FUNDEF/FUNDEB NO IX FÓRUM MINEIRO DE EDUCAÇÃO

Em 14 de setembro, a Procuradora do MPC-MG Cristina Melo conduziu palestra no IX Fórum Mineiro de Educação sobre precatórios do Fundef/Fundeb.

De iniciativa da Associação Mineira de Municípios (AMM), o Fórum foi realizado entre 13 e 14 de setembro, no auditório Vivaldi Moreira, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

A conferência teve como objeto principal o financiamento da educação e agrega especialistas que discorrem sobre várias perspectivas da temática, de maneira especial, temas relevantes e de vivência de gestores e servidores públicos da área da Educação.

Outro objetivo foi propor projetos que visem e promovam, de maneira efetiva, a melhoria do ensino público tanto para discentes quanto para docentes, direcionando corretamente os recursos do Fundeb.

O TCE-MG lançou no evento a Trilha de Aprendizagem para Conselheiros de Educação, que “foi construída para que os Conselheiros possam, de maneira fácil e intuitiva, conhecer suas atribuições e desenvolver as competências necessárias para acompanharem as Políticas Públicas de Educação”.

SAIBA MAIS

Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) está em vigência desde janeiro de 2007.

O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e foi regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

De natureza contábil e de âmbito estadual (um total de 27 Fundos), ele é composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à Educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição da República de 1988.

Fonte: Portal FNDE/MEC -
<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>



WORKSHOP SOBRE GESTÃO PÚBLICA CONTA COM PALESTRA DE PROCURADORA DO MPC-MG

A Dra. Elke Moura, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, integrou a mesa dos palestrantes do workshop “Gestão Pública à Risca: Gerenciando Riscos na Prática”.

O evento, realizado nos dias 14 e 15, no Anfiteatro Mário Pimenta Camargo, consistiu em uma capacitação para os servidores e é de iniciativa do Município de Uberaba, por meio de sua Controladoria-Geral, da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Grande (Amvale) e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Os participantes conduziram palestras sobre gestão e fiscalização de contratos na prática, gestão de riscos e o perigo do descontrole. A Procuradora Elke Moura, que ministrou palestra sobre sanções às quais servidores e agentes políticos estão sujeitos perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), aponta a importância desse tipo de capacitação: “A discussão acerca da temática das sanções a que estão sujeitos servidores públicos e agentes políticos junto ao TCE torna-se relevante quando se tem em vista o aspecto inibitório ou preventivo da previsão abstrata de penas para situações que impliquem transgressão ao ordenamento jurídico. Para muito além do propósito reparador ou punitivo, a previsão de sanções, mormente quando se tem em vista a tutela da regular aplicação de recursos públicos, tem por escopo evitar que o direito transgredido possa resultar em danos, muitas vezes, irreparáveis para a sociedade”.

O segundo dia do workshop foi reservado aos servidores indicados pela Amvale, com oficinas sobre “Controle de almoxarifado”, “Controle de manutenção e abastecimento de veículos” e “Gestão e fiscalização de contratos”.



Da esquerda para a direita: A Procuradora do MPC-MG Elke Moura, o Promotor de Justiça de Uberaba, José Carlos Fernandes Junior, e o Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais, Rodrigo Fontenelle.



A Procuradora do MPC-MG Elke Moura.



Da esquerda para a direita: O Procurador-Chefe da União no Estado de Minas Gerais Bráulio Lisboa Lopes, o Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais, Rodrigo Fontenelle, a Prefeita de Uberaba, Elisa Gonçalves de Araújo, o Promotor de Justiça de Uberaba, José Carlos Fernandes Junior, e a Procuradora do MPC-MG Elke Moura.

MPC-MG ASSINA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No dia 22 deste mês, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais aderiu ao Projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 090/2021, concebido pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

O acordo, assinado emblematicamente no Dia da Luta da Pessoa com Deficiência, visa à articulação de diversas instituições públicas e da sociedade civil em prol da defesa e da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. O trabalho em rede voltado para esse público é inédito entre os Tribunais do país e por meio das ações interinstitucionais será possível viabilizar políticas públicas eficazes de inclusão social no Estado de Minas Gerais.

O condutor da cerimônia de assinatura foi o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho. Além do MPC-MG, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, diversas outras instituições públicas aderiram ao termo.

Dr. Marcílio Barenco declarou: “Aderimos integralmente ao projeto, haja vista a relevância de construir uma rede de proteção da pessoa com deficiência e sua conexão com as atribuições do Ministério Público de Contas”.



O Procurador-Geral, Marcílio Barenco, assinando o Termo de Cooperação Técnica ao lado do Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, presidente do TJMG. Foto: TJMG.



MPC-MG PRESTIGIA CERIMÔNIA DE POSSE DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS FISCAL E CONSULTIVO, ALÉM DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE 19 ANOS DA APEMINAS

No dia 22, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou da solenidade de posse da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Consultivo para o biênio 2022-2024 da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Apeminas).

Célia Cunha Mello foi reeleita Presidente da Apeminas. Na oportunidade, também foi comemorado o aniversário de 19 anos da instituição. O MPC-MG foi representado por seu Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães.

O evento, que contou com mais de 200 convidados, ocorreu no Renaissance Work Center, em Belo Horizonte, tendo participado Procuradores ativos e aposentados de todas as regiões do Estado.

Também estiveram presentes a Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo e o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz.



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, e a Presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello.



MPC-MG E MPF EXPEDEM NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA APONTANDO IRREGULARIDADES NA PROTEÇÃO DA LAGOA DA PAMPULHA PELOS ÓRGÃOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal (MPF) recomendaram a agentes públicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) a adoção de todas as providências necessárias para promover e fiscalizar o efetivo desassoreamento da Lagoa da Pampulha, notadamente, da Enseada do Zoológico, para que ela retorne ao seu estado original, com restauração integral da orla e do espelho d'água.

Também foi recomendado que a Enseada do Zoológico não seja mais utilizada como bota-espera dos serviços de desassoreamento da Lagoa da Pampulha ou em desacordo com as diretrizes de proteção cultural.

O Conjunto Paisagístico da Pampulha, bem protegido por tombamento estadual desde 1984 e federal desde 1997, é patrimônio cultural da humanidade, reconhecido pela Unesco, desde 2016, na categoria paisagem cultural, formado pela união indissociável entre orla e espelho d'água da Lagoa da Pampulha e construções arquitetônicas, conforme projetos de Oscar Niemeyer e Burle Marx.

Apesar disso e do volume milionário de recursos públicos que já foram despendidos, o que se tem visto é a descaracterização ilegal desse patrimônio, por meio de ações omissivas e comissivas, que têm acarretado assoreamento crescente de enormes áreas da Lagoa e até o aterramento de alguns trechos, afirma a Procuradora Maria Cecília Borges.

US\$ 75 milhões - De acordo com a Recomendação, a Prefeitura de Belo Horizonte, desde 2013, já captou no exterior, tendo a União como garantidora do contrato de financiamento, pelo menos US\$ 75 milhões para a execução de ações do Programa de Recuperação da Bacia Hidrográfica da Pampulha. No entanto, apesar da previsão de retirada de milhares de metros cúbicos de sedimentos, as enseadas e o fundo da lagoa, na sua extremidade oeste, continuam gravemente assoreados, e particularmente a Enseada do Zoológico, que está praticamente aterrada.

Desvio de finalidade - A Recomendação também descreve a maneira como os órgãos de proteção ao patrimônio cultural têm sido omissos na proteção à Lagoa da Pampulha.

Em novembro de 2021, técnicos do Iepha/MG posicionaram-se contrariamente à solicitação da Sudecap de uso permanente da enseada do Zoológico como bota-espera dos sedimentos provenientes das ações de desassoreamento da Lagoa, e disseram, por meio de Nota Técnica, que, além de a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte estar em atraso com as obrigações assumidas de desassoreamento da área, a permanência do bota-espera colocaria em risco a integridade do bem tombado pelo Estado de Minas Gerais e pela União.

No entanto, meses depois, o mesmo órgão de proteção, contrariando toda a fundamentação desenvolvida nas Notas Técnicas anteriores, passou a admitir, de forma injustificada e casuística, a utilização da Enseada do Zoológico como bota-espera até 2026, mesmo assumindo que, "quando do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lagoa da Pampulha, a enseada se configurava como espelho d'água e que consta, em fotos de antigas vitórias e foto aérea de 1984, imagens dessa condição" e que "o que se observou foi o paulatino processo de assoreamento e aterramento da referida área, que deveria estar restaurada na presente data".

Para os autores da Recomendação, essa recente admissão configura ato ilícito, que fere o princípio da precaução e pode ser entendido como desvio de finalidade (Lei n. 4.717/65, art. 2º) e como crimes de prevaricação e contra a Administração Pública (art. 319 e 321 do Código Penal), além de improbidade administrativa, "sobretudo porque a mudança repentina de posição pelo órgão de proteção coincide com o momento processual em que o Tribunal de Contas de Minas Gerais concedeu medida liminar suspendendo procedimento licitatório eivado de ilicitudes (Representação/TCE-MG n. 1.126.963, que trata dos vícios nos contratos para desassoreamento e limpeza da Lagoa da Pampulha, reproduzidos no pregão eletrônico SMOBI 022/2022), sendo a NT nº 251/IEPHA/GPO/2022 usada para embasar pedido de revogação da liminar".

Iphan - A Recomendação afirma que também o Iphan vem sendo omissos na proteção do patrimônio cultural, ao autorizar o projeto de desassoreamento da Lagoa sem fiscalizar ou cobrar o "retorno do seu traçado original", condição que havia sido imposta ao Município para a realização da intervenção desde 2013.

Fonte: Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

PROCURADOR-GERAL E DIRETOR REPRESENTAM MPC-MG NA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE MINEIRA DE INTEGRIDADE

No dia 27, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, e o Diretor, André Tebit, estiveram presentes na 5ª Reunião Ordinária da Rede Mineira de Integridade (RMI).

Realizada na sede da Controladoria-Geral do Estado, na Cidade Administrativa, a reunião teve como pauta, entre outros assuntos, discutir o fortalecimento da RMI, com ações de comunicação tais como a criação de site próprio e de perfil em redes sociais.

Também foram definidas ações conjuntas como a realização de evento para divulgação da Rede e para estudos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), além da finalização de e-book de boas práticas administrativas.

CONHEÇA A RMI

A RMI foi instituída em 28 de setembro de 2020 visando ao fortalecimento da atuação conjunta das instituições nas ações de prevenção e combate à corrupção, promoção e difusão da integridade e da ética pública tanto na Administração Pública quanto nas relações compreendidas entre Estado e sociedade.

Integram a Rede, além do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Controladoria-Geral do Estado, Defensoria Pública de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Tribunal de Contas de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.





O MPC-MG NA MÍDIA

Acompanhe nossos canais de comunicação para saber tudo o que acontece no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.



Facebook:
Ministério Público de
Contas do Estado de Minas
Gerais



Instagram:
@mpc_mg



Twitter:
@mpc_mg



YouTube:
MPC-MG



Spotify:
MPC Cast



LinkedIn:
Ministério Público de
Contas do Estado de Minas
Gerais



Flickr:
Ministério Público de
Contas do Estado de Minas
Gerais

MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE - TRANSPARÊNCIA - EFETIVIDADE

PROCURADOR-GERAL
MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL
DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
SIMONE PEREIRA

REVISÃO
LÍLIAN DE OLIVEIRA



MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE - TRANSPARÊNCIA - EFETIVIDADE

